

**ANTI-CROCE:  
Antonio Gramsci e o aparelho de hegemonia filosófico**

Rodrigo Jurucê Mattos Gonçalves<sup>1</sup>

Grupo Temático Intelectuais e sociedade civil (séculos XIX e XX)

**Resumo**

O presente trabalho visa discutir o conceito de aparelho de hegemonia filosófico (a.h.f.), conforme a obra de Antonio Gramsci (1891-1937) e a contribuição de Christine Buci-Glucksmann. Este conceito é fundamental para compreender a atuação dos intelectuais orgânicos. Além das análises de Gramsci, fundamentais para a compreensão do aparelho de hegemonia filosófico, discutimos a contribuição de Christine Buci-Glucksmann. A crítica de Gramsci ao a.h.f. sempre esteve inserida no projeto da formação de uma nova cultura integral.

\* \* \*

Os estudos de Antonio Gramsci sobre o aparelho de hegemonia filosófico são delineados em seu exame da obra de Benedetto Croce (1866-1952) que, por sua vez, está circunscrito à questão da revolução burguesa na Itália (*Il Risorgimento*). A revolução italiana tem a sua própria estrutura ideológica que adquiriu sua máxima expressão no moderantismo conservador, cujos marcos balizam a obra de Croce.

De maneira diferente da revolução burguesa clássica, que teve na Revolução Francesa seu modelo histórico, na Itália, o *Risorgimento* (1815-1870) frustrou sua revolução popular em geral e sua revolução camponesa em particular<sup>2</sup>. Se na França a burguesia revolucionária sustentou a luta do campesinato contra a feudalidade e manteve essa aliança até sua extinção, na Itália, à revelia do campesinato, a burguesia capitalista pactuou com a velha aristocracia fundiária. Os moderados, condutores do processo de unificação do país, e sobretudo Cavour (1810-1861, principal líder do Partido Moderado), tinham plena consciência de que a via revolucionária francesa, com a sublevação generalizada da massa camponesa, teria colocado em risco sua dominação política. Mesmo os aristocratas tinham a consciência da necessidade da aliança com a burguesia capitalista, conforme ficou imortalizado nas palavras de Lampedusa: “*Se vogliamo che tutto rimanga come è, bisogna che tutto cambi*”<sup>3</sup> – a máxima do gatopardismo, caracterizado pelo pragmatismo político.

Gramsci define da seguinte maneira a atuação da aliança burguesa-aristocrática no processo de criação do Estado nacional italiano: “Essa minoria, que conduziu o movimento unitário, na realidade se preocupava mais com interesses econômicos do que com fórmulas ideais e combateu mais para impedir que o povo interviesse na luta e transformasse em luta social (no sentido de uma reforma agrária) do que contra os inimigos da unidade [nacional]”<sup>4</sup>. A grande

---

<sup>1</sup> Professor do curso de História da Universidade Estadual de Goiás (UEG), Unidade Universitária de Quirinópolis, mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). jurucemattos@gmail.com

<sup>2</sup> Para uma comparação da Revolução Italiana com a Revolução Francesa, indicamos: SOBOUL, Albert. *A Revolução Francesa*. 9ª ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2007.

<sup>3</sup> “Se queremos que tudo fique como está, é preciso que tudo mude”.

<sup>4</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. V. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 40

preocupação da aliança burguesa-aristocrática era impedir a intervenção popular ativa e, conseqüentemente, a reforma agrária; nesse sentido, diz Gramsci, “[...] Grão-Ducado ou Itália unida, desde que as coisas permaneçam como estão: o fato político e nacional é indiferente, o que conta é a ordem econômico-social, que deve ser conservada contra as forças nacionais progressistas”<sup>5</sup>. A ação dos moderados resultou na absorção política do campesinato e no seu conseqüente apassivamento, diante do qual Gramsci caracterizou o processo de transformação burguesa como uma “revolução passiva”. Esse processo se caracterizou ainda pelo transformismo, que consistiu na direção moral e intelectual dos inimigos, assim como de sua absorção (cooptação) gradual mas constante<sup>6</sup>. A massa camponesa foi a principal vítima da revolução passiva, relegada a um empobrecimento que ficou conhecido como “*Il Mezzogiorno*”, que até hoje divide a Itália entre o Norte desenvolvido e o Sul atrasado.

Esse pragmatismo político, avesso a qualquer intervenção ativa das massas populares, característico do moderantismo conservador, teve também sua expressão intelectual, sendo a obra do principal *risorgimentista*<sup>7</sup> italiano, Benedetto Croce, sua manifestação mais acabada – tão criticada por Gramsci. No entanto, só compreendemos a crítica de Gramsci a Croce se levamos em conta que Croce foi um intelectual orgânico e, por isso mesmo, tinha uma organização de classe na qual atuava – o aparelho de hegemonia filosófico (a.h.f), essencial à hegemonia burguesa. Com o conceito de intelectuais orgânicos, Gramsci abordou a teoria e a prática de modo unificado; sua preocupação era demonstrar de maneira clara a unidade dialética entre filosofia e política.

Gramsci tinha muita intimidade com a obra de Croce, a qual conhecia profundamente, e toda sua crítica estava inserida em um projeto mais amplo, contra-hegemônico, cujo programa intelectual deveria passar por um acerto de contas amplo e profundo com o idealismo crociano, da mesma maneira que Marx e Engels o fizeram com o idealismo hegeliano. Gramsci propunha assim uma retomada do marxismo visando a criação de uma *nova cultura integral*<sup>8</sup>, massificada como o foram no seu tempo a Reforma protestante e o iluminismo francês, que sintetizasse filosofia e política unificadas dialeticamente num grupo social mundial (o proletariado)<sup>9</sup>. Para Gramsci, o Anti-Croce seria um novo *Anti-Dühring* (1877), escrito por Engels, e combateria a filosofia especulativa, o positivismo, o mecanicismo e as formas deterioradas da filosofia da práxis<sup>10</sup>. Esse era o sentido do Anti-Croce gramsciano, que deveria ser também um Anti-Gentile (em referência a Giovanni Gentile, o filósofo de plantão do fascismo italiano).

Para Gramsci, esse combativo trabalho intelectual orgânico de construção do contra-hegemônico Anti-Croce, que estava no âmago de uma nova Europa e de um novo mundo, era de suma importância: “Um trabalho deste gênero, um *Anti-Croce* que pudesse ter na atmosfera cultural moderna o significado e a importância que teve o *Anti-Düring* para a geração anterior à guerra mundial, mereceria que um inteiro grupo de homens lhe dedicasse dez anos de atividade”<sup>11</sup>. Por isso, Gramsci dedicou boa parte de seus estudos à crítica de Benedetto Croce.

Segundo Christine Buci-Glucksmann, Gramsci percebeu que o trabalho intelectual do principal filósofo do idealismo italiano só fazia sentido, só se materializava, só adquiria

---

<sup>5</sup> Idem, p. 281

<sup>6</sup> Idem, p. 63

<sup>7</sup> *Risorgimentista*: intelectual, estudioso do *Risorgimento*.

<sup>8</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. V. 1. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 304

<sup>9</sup> Idem

<sup>10</sup> Idem, p. 194

<sup>11</sup> Idem, p. 305

organicidade através dos diversos aparelhos de hegemonia<sup>12</sup>. Croce esteve no cerne de uma reforma conservadora do hegelianismo, em que o idealismo neo-hegeliano do Estado passava a ser o correspondente filosófico da revolução passiva italiana – conforme caracterizado por Gramsci (“hegelianismo mutilado”). Os filósofos da revolução passiva acreditavam estar fazendo “pura teoria”; essa concepção só é possível, diz Buci-Glucksmann, pela e na divisão social do trabalho característica do capitalismo. Divisão esta que gerou uma verdadeira utopia dos intelectuais que acreditam estar flutuando acima da luta de classes não faz mais do que reproduzir “a distinção perpetuamente repetida pelas sociedades de classes, entre ‘o que deve fazer um intelectual e o que é a política (como se o intelectual não fosse também um político, e não somente um político da intelectualidade)’”<sup>13</sup>; essa concepção é expressão da divisão social do trabalho, é expressão da relação mediatizada que os intelectuais mantêm com o mundo da produção e da separação que há no capitalismo entre o trabalho intelectual e o manual e a divisão social do trabalho.

Na verdade, há uma unidade entre a teoria e a prática, entre a filosofia e a política. A filosofia idealista da revolução-restauração se inscreve nas superestruturas; tem uma existência material em diversos aparelhos: o político, o escolar (escolas, universidades) e o cultural-informativo (editoras, periódicos, imprensa)<sup>14</sup>. Croce, por seu turno, visava, por um lado, ocultar a política da filosofia, transformando-a em “filosofia de filósofos”, e, por outro lado, fazer da cultura um *sujeito autônomo*; buscava assim colocar a intelectualidade num patamar de casta, separá-la do povo. No entanto, o partido crociano construía ideologias para governar as outras classes sociais, educava as classes dirigentes para a hegemonia. E, na ausência de um grande partido da burguesia, Croce desempenhou o papel de “federador ideológico”. Benedetto Croce fora o construtor de um verdadeiro *aparelho de hegemonia filosófico* (a.h.f).

O a.h.f. tem o objetivo de aprofundar o trabalho teórico, doutrinário; fazer dos intelectuais os soldados de sua respectiva classe social, através da elaboração de uma ideologia geral e superior que coadune uma sociedade dividida em classes antagônicas, integrando de maneira subordinada o proletariado. Segundo Buci-Glucksmann, o a.h.f. “*busca a difusão de uma filosofia, de uma concepção geral da vida*”, de uma *estrutura ideológica* que compreende “*uma organização material que visa a manter, defender, desenvolver a ‘frente teórica e ideológica’*. O a.h.f. portanto faz parte ‘do formidável complexo de trincheiras e fortificações da classe dominante’.”<sup>15</sup> Segundo a autora, o a.h.f. é essencialmente compósito a plural, pois se articula em torno de diversos aparelhos de hegemonia, como os periódicos – onde as práticas jornalísticas (e político partidárias) fazem os agentes se *reconhecerem*<sup>16</sup>. Nesse sentido, o viés político do a.h.f. crociano revelou-se quando Croce foi ministro da educação nacional (1920-1921) no último governo Giolitti<sup>17</sup>. Neste sentido, o a.h.f. comporta em si a atuação político-partidária (conforme definido por Gramsci).

Nessa imbricação da reforma conservadora do hegelianismo, que promovia a negação da dialética da história, levada a cabo pelo a.h.f., que, por sua vez, visavam a conservação do *status quo ante*, é que se pode falar em *ideologia italiana*<sup>18</sup>, estrutura ideológica na qual se enquadrava

---

<sup>12</sup> Cf. BUCI-GLUCKSMANN, Christine. *Gramsci e o Estado: por uma teoria materialista da filosofia*. 2ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. p. 473-94.

<sup>13</sup> Idem, p. 483, *apud*. GRAMSCI, Antonio. *Passato e Presente*. Torino: Einaudi, 1966. p. 27

<sup>14</sup> Idem, p. 474-5

<sup>15</sup> Idem, p. 484

<sup>16</sup> Cf. idem, p. 474

<sup>17</sup> Idem, p. 488

<sup>18</sup> Idem, p. 486-90

o moderantismo conservador, que deve ser compreendido como ação de classe e pensamento-guia, pois coadunava prática e teoria, tendo na obra de Croce sua expressão teórico-historiográfica. A obra de Croce visava ser orientadora dos estudos e do conhecimento produzido sobre a história e a realidade italiana e europeia, para isso combatia o marxismo extirpando a luta de classes das interpretações – essa era a historiografia da revolução passiva:

A história da Europa vista como “revolução passiva”. É possível fazer uma história da Europa no século XIX sem tratar organicamente da Revolução Francesa e das guerras napoleônicas? E é possível fazer-se uma história da Itália na época moderna sem as lutas do Risorgimento? Em um e em outro caso, por razões extrínsecas e tendenciosas, Croce prescinde do momento da luta, no qual a estrutura é elaborada e modificada, e assume placidamente como história o momento da expansão cultural ou o momento ético-político. Tem um significado “atual” a concepção de “revolução passiva”? Estamos num período de “restauração-revolução” a instituir permanentemente, a organizar ideologicamente, a exaltar liricamente? A Itália teria com a URSS a mesma relação que a Alemanha (e a Europa) de Kant-Hegel teriam com a França de Robespierre-Napoleão?<sup>19</sup>

Vemos neste fragmento, que a história da Europa é vista por Croce como “revolução passiva”, ou seja, exclui a Revolução Francesa, as guerras napoleônicas, as lutas sociais do Risorgimento; mas esta concepção da história, para Gramsci, tem motivações que derivam de uma revolução passiva que estaria ocorrendo naquele momento. Esta aceção da história é a expressão da revolução passiva desencadeada pelo fascismo, intelectuais orgânicos da burguesia, principalmente Benedetto Croce e Giovanni Gentile, aderiram ao fascismo. Segundo Domenico Losurdo, Croce acreditava que o fascismo poderia ser útil ao liberalismo para reparar suas “arestas democráticas”: “Explica-se desse modo a indulgência para com a violência esquadrística: ‘a eventual chuva de punhos’ pode ser, ‘em determinados casos, útil e oportunamente administrada’”<sup>20</sup>. Croce acreditava que o fascismo poderia depurar o liberalismo de suas “abstrações” e “leviandades” democráticas. Na prática, ele aderiu ao fascismo, aceitou-o como um expediente necessário; seria o “justo meio” (*juste milieu*) entre determinado liberalismo democrático e a revolução vermelha. Esta situação durou até 1925, quando Croce rompeu com os fasci, através da publicação do Manifesto dos intelectuais anti-fascistas.

O autor dos *Quaderni* diz que a historiografia croceana da revolução passiva tem como principal inquietação – já que tenta legar ao esquecimento as lutas populares - o “temor pânico dos movimentos jacobinos, de qualquer intervenção ativa das grandes massas populares como fator de progresso histórico”<sup>21</sup>. Gramsci diz que essa historiografia, própria do moderantismo conservador italiano, mutila a dialética da história:

O erro filosófico (de origem prática!) desta concepção consiste no seguinte: pressupõe-se “mecanicamente” que, no processo dialético, a

<sup>19</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. V. 1..., p. 281

<sup>20</sup> LOSURDO, Domenico. *Antonio Gramsci, do liberalismo ao “comunismo crítico”*. Rio de Janeiro: Revan, 2006. p. 77-8 apud. CROCE, Benedetto. *Fatti politico e interpretazioni storiche* (1924), p. 269-70

<sup>21</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. V. 1..., p. 291

tese deva ser “conservada” pela antítese a fim de não destruir o próprio processo, o qual, portanto, é “previsto”, como uma repetição ao infinito, mecânica e arbitrariamente prefixada. [...] Na história real, a antítese tende a destruir a tese, a síntese será uma superação, mas sem que se possa estabelecer a priori o que será “conservado” da tese na síntese, sem que se possa “medir” a priori os golpes como em um ringue convencionalmente regulado. Que isto ocorra de fato, de resto, é uma questão de “política” imediata, já que, na história real, o processo dialético se fragmenta em inúmeros momentos parciais; o erro consiste em elevar a momento metodológico o que é pura imediaticidade, elevando, precisamente, a filosofia o que é apenas ideologia.<sup>22</sup>

Assim, a historiografia moderada, que prescinde do momento da luta de classes, é expressão de um erro filosófico de origem prática, ou seja, tal desacerto é expressão da prática, da atuação dos moderados. Mas esse juízo falso da dialética é uma necessidade para os moderados: pressupõe que a tese deva ser conservada, com o objetivo de anular a antítese. No movimento dialético da história a antítese tende à destruição da tese, de modo que a política dos moderados, que queriam a preservação da ordem econômico-social – como vimos anteriormente – refletia em sua concepção da dialética da história e, por sua vez, na historiografia, prescindindo da luta de classes, dos momentos de ruptura. A metodologia dos moderados é expressão da imediaticidade da política, de suas necessidades, de seus combates pela conservação, pela “conciliação” (esta negação da luta de classes). O próximo trecho, mostra como a concepção inexata da dialética da história, própria dos moderados, tem sua gênese em sua trajetória histórica:

Que uma tal maneira de conceber a dialética fosse errada e “politicamente” perigosa, perceberam-no os próprios moderados hegelianos do Risorgimento, como Spaventa: basta recordar suas observações sobre aqueles que pretendiam, com a desculpa de que o momento da autoridade é imprescindível e necessário, conservar sempre o homem no “berço” e na escravidão. Mas não podiam reagir além de certos limites, além dos limites do grupo social, ao qual se tratava “concretamente” de fazer sair do “berço”: a conciliação foi encontrada na concepção de “revolução-restauração”, ou seja, num conservadorismo reformista temperado.<sup>23</sup>

Gramsci remete aqui à primazia da história sobre as ideias. Os moderados do Risorgimento perceberam o erro e o perigo desta concepção anti-dialética da história, que quer a conservação mecânica ao infinito da tese, no entanto não podiam ultrapassar os limites de sua própria classe social. Se os epígonos da moderação perceberam que preservar o homem no berço da servidão tinha seus riscos, liberá-lo completamente também produziria consequências ainda mais indesejadas para seu *status* social, assim conceberam a “conciliação” entre o novo e o velho. Gramsci diz que é próprio dos intelectuais, dos ideólogos do “conservadorismo reformista temperado”, conceberem-se a si mesmos como árbitros e mediadores das lutas políticas reais, como as pessoas que decidem os rumos da história; por isto Croce dizia que os intelectuais não

---

<sup>22</sup> Idem, p. 292

<sup>23</sup> Idem, p. 293

deviam se “rebaixar” ao nível das massas (o não-engajamento com as classes populares), que deveriam sempre ser governadores e nunca governados .

Neste sentido, Gramsci diz que a atuação de Benedetto Croce tem por objetivo criar um movimento ideológico correspondente ao do Risorgimento, no qual a transformação, que na França fora revolucionária, na Itália foi conduzida de modo reformista, dosado, por meios legais, o que possibilitou assegurar a posição política e econômica das velhas classes feudais e impediu a reforma agrária e experiências de tipo jacobino – mas sempre com vistas ao tempo presente, com intentos contra-revolucionários. Vejamos o fragmento a seguir:

O historicismo de Croce seria, portanto, nada mais do que uma forma de moderantismo político, que coloca como único método de ação política aquele no qual o progresso e o desenvolvimento histórico resultam da dialética de conservação e inovação. Na linguagem moderna, esta concepção se chama de reformismo. A acomodação entre conservação e inovação constitui, precisamente, o “classicismo nacional” de Gioberti, assim como constitui o classicismo literário e artístico da última estética crociana. Mas este historicismo próprio de moderados e reformistas não é de modo algum uma teoria científica, o “verdadeiro” historicismo ; é somente o reflexo de uma tendência prática política, uma ideologia no sentido pejorativo. De fato, por que a “conservação” deve ser precisamente aquela determinada “conservação”, aquele determinado elemento do passado? E por que se será “irracionalista” e “anti-historicista” se não se conservar precisamente aquele determinado elemento? [...] o passado é uma coisa complexa, um conjunto vivo e morto, no qual a escolha não pode ser feita arbitrariamente, a priori, por um indivíduo ou por uma corrente política. Se a escolha foi realizada de tal modo (no papel), não pode se tratar de historicismo, mas de um ato arbitrário de vontade, da manifestação de uma tendência político-prática unilateral, que não pode servir de fundamento a uma ciência, mas somente a uma ideologia política imediata.<sup>24</sup>

Desta maneira, o historicismo de Croce não consiste numa tentativa de criar um método, ou uma ciência, mas é expressão dos interesses e da atuação dos conservadores; é uma ideologia propriamente dita, que expressa necessidades históricas de determinada classe social. Neste fragmento Gramsci alerta, de maneira ainda bem genérica, para concepções da dialética da história que arbitrariamente estabelecem o que deverá ser conservado. O marxista sardo diz que a história com meta predeterminada caracteriza a obra de Croce, mas que este é muito cuidadoso e não enumera as instituições que deveriam permanecer em sua acepção. No entanto, se pode deduzir que para Benedetto Croce “é ‘vital’ e intocável a forma liberal do Estado, isto é, a forma que garante a qualquer força política o direito de movimentar-se e lutar livremente”<sup>25</sup>. Mas Gramsci alerta que na história, na luta de classes

“os golpes não são dados de comum acordo”, e toda antítese deve necessariamente colocar-se como antagonista radical da tese, tendo

---

<sup>24</sup> Idem, p. 393-4

<sup>25</sup> Idem, p. 396

mesmo o objetivo de destruí-la e substituí-la completamente. Conceber o desenvolvimento histórico como um jogo esportivo, com seu árbitro e suas normas preestabelecidas a serem lealmente respeitadas, é uma forma de história com uma meta predeterminada, na qual a ideologia não se funda sobre o conteúdo “político”, mas sobre a forma e o método da luta. É uma ideologia que tende a enfraquecer a antítese, a fragmentá-la numa longa série de momentos, isto é, reduzir a dialética a um processo de evolução reformista “revolução-restauração”, na qual apenas o segundo termo é válido [...].<sup>26</sup>

Ou seja, o moderantismo conservador com a ideia de uma luta regrada, parlamentar, num campo de batalha circunscrito aos meandros do Estado liberal, busca dissuadir as forças antitéticas para derrotá-las. Mas nesta luta o que predomina é a revolução-restauração, em que o primeiro termo (a tese) se sobreponha ao segundo (a antítese), anulando-o.

As mudanças graduais, pré-determinadas, próprias da concepção moderado-conservadora da história que garantem o *status quo ante*, que expressam a revolução passiva, não eram exclusividade do período do Risorgimento e de sua historiografia, mas própria da contemporaneidade de Gramsci, ou seja, da ascensão e do estabelecimento do fascismo no poder. Nesse sentido, Antonio Gramsci retoma questões mais contemporâneas, como o papel de Giovanni Giolitti (1842-1928), que foi o primeiro-ministro da Itália, praticamente ininterruptamente, entre 1903 e 1913. Seu governo estabeleceu uma política industrialista de pequenas concessões aos trabalhadores fabris; voltou ao cargo em 1920-1921. Giolitti, que representava o Norte e suas indústrias, dizia que era preciso destruir a força retrógrada dos latifundiários, para que a nova burguesia pudesse ter mais espaço no Estado e até mesmo controlá-lo, no entanto diz o autor do *Quaderni*:

Giolitti não criou nada: ele “compreendeu” que era preciso fazer concessões, a tempo de evitar danos maiores e controlar o desenvolvimento político do país, e foi o que fez. Na realidade, Giolitti foi um grande conservador e um hábil reacionário, que impediu a formação de uma Itália democrática, consolidou a monarquia com todas as suas prerrogativas e a ligou mais estreitamente à burguesia através do poder executivo reforçado, o qual pôs a serviço dos industriais todas as forças econômicas do país. Assim, foi Giolitti quem criou a estrutura contemporânea do Estado italiano e todos os seus sucessores apenas continuaram sua obra, acentuando este ou aquele elemento subordinado.

O comunista sardo coloca a questão da seguinte maneira: o conservadorismo hábil de Giolitti fazia determinadas concessões aos trabalhadores, para controlar a política do país, mas que por um lado consolidou a monarquia e de outro colocou o executivo tanto para estreitar os laços entre a burguesia e o monarca, como para colocar todas as forças econômicas italianas servindo o capital. O que ajuda a compreender Giolitti, é a política de seus seguidores, os giolittianos que, segundo Gramsci, queriam uma constituinte domesticada, ou seja, sem a agitação popular, sem os “excessos” populares – próprio do moderantismo conservador. A revolução passiva, portanto, não traduz apenas o momento histórico do Risorgimento, mas a

---

<sup>26</sup> Idem

própria atuação dos conservadores moderados. Gramsci diz que Giolitti, no segundo período que participou do governo italiano, nos anos 1920, subestimava o fascismo, acreditava que poderia controlá-lo nos marcos do Estado liberal<sup>27</sup>, mas em 1924 passou à oposição, após o assassinato do deputado Giacomo Matteotti. Mas, ainda assim, Giolitti e sua política moderada não diferiam em essência do fascismo:

Mas, nas atuais condições, o movimento correspondente ao do liberalismo moderado e conservador não seria precisamente o movimento fascista? [...] ter-se-ia uma revolução passiva no fato de que, por intermédio da intervenção legislativa do Estado e através da organização corporativa, teriam sido introduzidas na estrutura econômica do país modificações mais ou menos profundas para acentuar o elemento “plano de produção”, isto é, teria sido acentuada a socialização e cooperação da produção, sem com isso tocar (ou limitando-se apenas a regular e controlar) a apropriação individual e grupal do lucro. No quadro concreto das relações sociais italianas, esta pode ter sido a única solução para desenvolver as forças produtivas da indústria sob a direção das classes dirigentes tradicionais, em concorrência com as mais avançadas formações industriais de países que monopolizam as matérias-primas e acumulam gigantescos capitais.<sup>28</sup>

Assim, a revolução passiva não diz respeito somente à história da unificação italiana e a política do moderantismo conservador, mas também à produção capitalista, especificamente à modernização da produção que não modifica a estrutura do trabalho não-pago, da extração da mais-valia – da exploração capitalista. E essas modificações realizadas pelo fascismo, que buscava desenvolver o capitalismo para concorrer com os países imperialistas mais desenvolvidos, não modificaram substancialmente o fato das transformações serem levadas a cabo pelas classes dirigentes tradicionais, ou seja, o fascismo não ultrapassou os marcos da revolução passiva, do moderantismo conservador. O fascismo mudou a aparência para não mudar a essência. Gramsci percebe que a revolução passiva, isto é, as modificações realizadas na produção sob as diretrizes estatais - também caracterizaram o regime fascista, que, por sua vez, aparece como a única solução encontrada pelas classes tradicionais para não perderem o seu poder e realizarem as transformações necessárias para, externamente, concorrer com as nações mais avançadas na corrida imperialista e, internamente, derrotar as classes populares. O autor diz ainda que a época fascista criou um período de expectativas e esperanças, principalmente entre a pequena burguesia urbana e rural, o que permitiu “manter o sistema hegemônico e as forças de coerção militar e civil à disposição das classes dirigentes tradicionais”<sup>29</sup>.

Se o Risorgimento tem seu processo bem delimitado historicamente (1815-1870), a ideologia italiana perdura no tempo, tendo no moderantismo conservador uma de suas expressões. Enquanto pensamento-expressão, pensamento-guia e ação política de classe, o moderantismo conservador não pode ser compreendido se visto como pensamento puro, como espírito metafísico; teve na verdade uma existência concreta no aparelho de hegemonia filosófico

---

<sup>27</sup> Idem, p. 487

<sup>28</sup> Idem, p. 299

<sup>29</sup> Idem, p. 299-300



italiano, que andava *pari passu* com a contra-revolução nas suas formas liberal e fascista. O a.h.f. deu ao moderantismo conservador uma profícua expressão intelectual.

O gatopardismo traz às classes populares e aos seus intelectuais orgânicos um desafio a ser enfrentado: uma prática política habilidosa marcada por uma tática reformista cuja estratégia é a conservação do *status quo ante*, cooptando (transformismo) e dirigindo seus inimigos para decapitar o proletariado, tornado-o uma classe sem lideranças preparadas para a luta política e social, visando conquistar vitórias nas quais a contra-revolução colhe resultados duradouros e de difícil reversão. Para Gramsci, somente a disputa contra-hegemônica poderia reverter esse quadro – essa é a lição histórica do Risorgimento: “A partir da política dos moderados, torna-se claro que pode e deve haver uma atividade hegemônica mesmo antes da ida ao poder e que não se deve contar apenas com a força material que o poder confere para exercer uma direção eficaz [...]”<sup>30</sup>. Assim, para o nosso autor, o proletariado pode e deve buscar a direção moral e intelectual visando, da mesma maneira, uma vitória duradoura na luta de classes. Essa luta, para Gramsci, começa com o acerto de contas com a ideologia burguesa e com a retomada da filosofia da práxis – esse é o itinerário dos intelectuais orgânicos da revolução.

## **Bibliografia**

BUCI-GLUCKSMANN, Christine. *Gramsci e o Estado: por uma teoria materialista da filosofia*. 2ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. V. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

\_\_\_\_\_. *Cadernos do cárcere*. V. 1. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LOSURDO, Domenico. *Antonio Gramsci, do liberalismo ao “comunismo crítico”*. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

POULANTZAS, Nicos. *Fascismo e ditadura*. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

SOBOUL, Albert. *A Revolução Francesa*. 9ª ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2007.

---

<sup>30</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. V. 5..., p. 63